



VISÃO EMPRESARIAL

Victoria Werner De Nadal

Diretora de Relações Institucionais e Fórum da Liberdade do Instituto de Estudos Empresariais (IEE)

O Brasil tem jeito

Posso parecer ingênua e excessivamente otimista ao afirmar que “o Brasil tem jeito” – tema do próximo Fórum da Liberdade, em 9 e 10 de abril. Em um sistema marcado por escândalos de corrupção, desvios institucionais e crises recorrentes, essa afirmação soa deslocada.

Os acontecimentos recentes alimentam um sentimento de descrença. Episódios como o caso do Banco Master somam-se a anos de insegurança institucional. O que desanima a população é a percepção de que parte relevante das estruturas de poder foi capturada por interesses que não dialogam com os anseios da sociedade.

Ainda assim, se as pessoas realmente não acreditassem que o país pode dar certo, não estariam hoje lendo este jornal, estudando ou se dedicando a construir uma carreira e uma família no Brasil. Em algum lugar, ainda que lá no fundo, permanece a esperança de que o país pode prosperar. Talvez porque, como diz o ditado popular, o brasileiro não desiste nunca.

Se isso é verdade, talvez um dos primeiros passos rumo a um Brasil que funcione seja rever uma expectativa recorrente entre nós: a ideia de que as soluções virão principalmente da esfera pública e de que basta apenas mudarmos os agentes que lá estão. Sociedades prósperas não são construídas por governos; no máximo, eles podem não atrapalhar. Elas se constroem a partir das escolhas e ações de seus indivíduos.

Nesse aspecto, o Brasil carrega uma característica frequentemente mal utilizada. Somos um povo criativo e adaptável, qualidades que poderiam nos colocar entre as sociedades mais inovadoras do mundo. Muitas vezes, porém, essa capacidade se manifesta no “jei-

tinho”, a habilidade de contornar regras ou explorar brechas. Assim, aquilo que poderia impulsionar acaba servindo para acomodar distorções, sendo o poder público apenas um reflexo de nossa sociedade.

Se queremos que o Brasil “tenha jeito”, é preciso começar por nós mesmos. Redirecionar essa nossa criatividade, tantas vezes usada para contornar obstáculos, para enfrentá-los e superá-los de forma produtiva. Essa é uma tarefa árdua, que leva tempo, de mudança de cultura, mas é o único caminho viável para um dia conseguirmos sair da grande crise institucional em que nos encontramos.

Afinal, a última década mostrou que o país, composto por seus indivíduos, é capaz de crescer economicamente, mesmo em meio à instabilidade institucional.

Isso não significa ignorar os desafios estruturais do país. O Brasil precisa fortalecer o Estado de Direito, garantir segurança jurídica e consolidar instituições capazes de sustentar crescimento de longo prazo. Também

exige uma sociedade menos tolerante com o “jeitinho” e com a corrosão institucional que hoje alimenta o descrédito generalizado.

Todavia, talvez afirmar que o Brasil tem jeito não seja ingenuidade. E, sim, reconhecer que, apesar da gravidade da situação na qual nos encontramos, há no cidadão brasileiro a capacidade persistente de criar, adaptar-se e reconstruir, e somos nós que, infelizmente, aceitamos que ela fosse utilizada cada vez mais como um “jeitinho”. Espero que possamos, quem sabe um dia, utilizar essa capacidade mais para o bem, mas essa mudança precisa começar em cada um de nós.

Somos um povo criativo e adaptável, qualidades que poderiam nos colocar entre as sociedades mais inovadoras do mundo

OPINIÃO

Alimentos e o impacto financeiro nas empresas

Rafaela Rojas Barros

Advogada especialista em Direito de Família e Sucessões

Quanto custa um divórcio para uma empresa? A pergunta parece exagerada, mas não é. Quando se trata de pensão alimentícia entre ex-cônjuges, o debate costuma permanecer na esfera privada. Em estruturas empresariais, porém, a fixação de alimentos pode produzir reflexos financeiros relevantes e impactar decisões estratégicas do negócio.

No ordenamento brasileiro, a obrigação alimentar entre ex-cônjuges é excepcional, transitória e baseia-se no binômio necessidade-possibilidade. Não visa perpetuar padrão de vida do ex, mas assegurar subsistência quando comprovada dependência econômica. O problema começa quando se confunde faturamento empresarial com renda pessoal.

É comum que o sócio tenha alto volume de movimentação financeira sem que isso represente disponibilidade imediata, pois lucro contábil não se confunde com caixa livre. Distribuição de resultados depende de planejamento e parte do lucro precisa ser reinvestido para garantir capital de giro e estabilidade operacional. Isso gera questionamentos complexos num processo litigioso. A decisão

que fixa alimentos sem observar essa realidade gera desconfortos. Pode ser necessário pressionar o fluxo de caixa empresarial e comprometer reinvestimentos.

Não se trata de opor empresa à família, mas empresário e família precisam compreender que decisões judiciais produzem efeitos econômicos concretos.

Outro ponto sensível é a confusão patrimonial, quando pessoa física e jurídica se confundem, tornando imprecisa a análise da capacidade contributiva do alimentante.

A obrigação alimentar não transforma cotas sociais em objeto de partilha automática. Contudo, seus reflexos alcançam a estrutura financeira da empresa

se inexistirem governança adequada, transparência contábil e delimitação clara entre patrimônio pessoal e empresarial.

O Direito de Família não atua à margem da atividade econômica. Ele repercute na previsibilidade financeira, na gestão de riscos e na sustentabilidade do negócio.

Planejamento jurídico é instrumento de gestão e o impacto financeiro de um divórcio deve ser antecipado e estruturado.

Ignorar essa interseção entre Direito de Família e Empresa é um erro que pode custar caro. A preparação da empresa para eventual divórcio dos sócios certamente não elimina o conflito, mas reduz a vulnerabilidade da pessoa jurídica diante deles.

Outro ponto sensível é a confusão patrimonial, quando pessoa física e jurídica se confundem, tornando imprecisa a análise da capacidade contributiva do alimentante



Como AI, nuvem e cybersecurity estão redefinindo a modernização empresarial

Marcos Gaspar

District Manager da NetApp Brasil

À medida que 2026 começa, uma constatação se impõe: AI, nuvem híbrida e cybersecurity deixaram de ser frentes isoladas. A convergência dessas três dimensões passou a definir o ritmo da modernização empresarial, impactando diretamente a forma como as organizações operam, escalam e competem.

A AI, em especial, cruza um ponto de não retorno. Ela deixa o ambiente experimental e passa a operar em produção em larga escala, desde que sustentada por dados unificados, governados e acessíveis. Essa base torna-se essencial para preparar, treinar e operar modelos de forma contínua, sobretudo com a chegada dos sistemas agênticos, capazes de aprendizado autônomo. Sem uma fundação de dados sólida, essa

nova geração de AI simplesmente não se sustenta.

Esse avanço ocorre em paralelo a uma mudança relevante nas estratégias de nuvem. O modelo de “all cloud” perde força e dá lugar a decisões mais pragmáticas sobre onde cada carga de trabalho faz mais sentido, considerando desempenho, custo, soberania e latência. Esse debate se intensifica diante da pressão global sobre armazenamento e memória. A demanda por IA generativa, baseada em clusters de GPU intensivos em RAM, tem provocado escassez de componentes e aumento de custos, exigindo uma gestão ainda mais rigorosa da localização e do uso dos dados.

Ao mesmo tempo, a cybersecurity evolui para um pilar de resiliência. Com detecção e recuperação quase instantâneas viabilizadas por AI integrada à infraestrutura, proteger dados

já não basta. É fundamental garantir que eles sejam resilientes, autônomos e capazes de se restaurar rapidamente.

Para absorver esse cenário, as empresas precisam acelerar a modernização com foco em simplicidade operacional. A desagregação de recursos, as migrações copyless e o acesso unificado aos dados tornam-se alavancas estratégicas para reduzir custos, evitar desperdícios e controlar a complexidade dos ambientes híbridos.

Em um mercado marcado pela volatilidade de hardware e pela aceleração da AI, a inteligência incorporada à infraestrutura consolida-se como vantagem competitiva. As organizações que equilibrarem inovação, eficiência e sobriedade tecnológica estarão mais preparadas para construir crescimento sustentável em 2026.